



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682219 - RJ (2021/0231549-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ANDRE GOMES PEREIRA
ADVOGADO : ANDRÉ GOMES PEREIRA - RJ116487
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : LUIZ CLAUDIO VIEGAS RICARDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ CLÁUDIO VIEGAS RICARDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0007616-56.2019.8.19.0066).

O paciente encontra-se preso preventivamente e pronunciado, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 121, § 2º, VII, c/c14, II, na forma do art. 70, do Código Penal, e 14, da Lei n. 10.826/03.

Sustenta a impetrante que "resta patente a inadequação do enquadramento da conduta do Paciente no artigo 14 da Lei n.º 10.826/03, uma vez que segundo os fatos articulados na denúncia, o suposto uso da munição e de acessório de arma de fogo apenas se deu como meio para cometer o crime de tentativa de homicídio." (fl. 14)

Alega, ainda, que "verifica-se que no caso do porte ilegal de munições ocorrido nos autos, este se constituiem antefactum não punível, uma vez que o porte ilegal constituiu-se como uma conduta menos grave que precedeu ao crime de tentativa de homicídio (a qual é a conduta mais grave) como meio necessário para a realização deste. Realizada a análise, pondera-se que a sentença do MM. Juízo de Primeiro Grau não negou vigência em momento algum ao entendimento sedimentado na jurisprudência e na doutrina." (fl. 18)

Requer, "a concessão da ordem de habeas corpus, para reformado o Acórdão proferido pela 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, restabeleça a parte da sentença de Pronúncia, que com relação ao delito de porte de munições de arma de fogo, previsto no atual artigo 14, caput, da Lei 10.826/03, impronunciou o Paciente, na medida em que as munições e o acessório

foram apreendidos no contexto onde teriam sido usados para a tentativa dos supostos homicídios, logo, verifica-se, no caso, clara absorção do delito de porte pelos delitos de homicídio tentados." (fl. 19)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada trouxe os fundamentos em que se baseia, conforme se vê da ementa a seguir (fls. 33-34):

APELAÇÃO CRIMINAL. PRONÚNCIA. Art. 121, § 2º, VII, c/c art. 14, II, n/f do art. 70, todos do CP (duas vezes). IMPRONÚNCIA. Crime de Porte Ilegal de Acessório (carregador) e Munições. Apelado, de forma livre, consciente e voluntária, em comunhão de ações e desígnios com indivíduos não identificados, com inequívoca intenção de matar, efetuou disparos de arma de fogo contra duas vítimas, ambos policiais. O crime não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do apelado e de seus comparsas, haja vista que os policiais revidaram a injusta agressão, mediante disparos de arma de fogo. O crime foi praticado em decorrência da função das vítimas, policiais militares. Apelado, consciente e voluntariamente, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, portava, ao menos, um carregador de pistola calibre .40mm e nove munições intactas do mesmo calibre. COM RAZÃO O MINISTÉRIO PÚBLICO. A pronúncia do apelado em relação ao crime previsto no Estatuto do Desarmamento é medida que se impõe. Decisão de pronúncia. Juízo de probabilidade. Não se faz indispensável a certeza da culpabilidade do acusado. Mera suspeita jurídica decorrente de indícios de autoria. Não há na pronúncia confronto minucioso e profunda valoração da prova. Impossibilidade de antecipação do veredicto sobre o mérito da questão. Competência exclusiva do Tribunal do Júri. Art. 5º, XXXVIII, alínea d, da CF/88. Apelado pronunciado tão somente pela prática do crime de homicídio tentado majorado pela decorrência da função das vítimas serem policiais militares. O crime de homicídio tentado absorveu a conduta relativa ao crime previsto no Estatuto do Desarmamento, ao argumento de que o carregador e as munições foram apreendidos no mesmo contexto onde teriam sido usados para a tentativa dos homicídios. Merece reforma. Conduta de portar armas de fogo, acessórios e munições do calibre 40mm, que antes eram de uso restrito, passou a ter natureza de uso permitido. Alteração normativa. Modificou a natureza do material bélico. Adequação típica no art. 14 da Lei nº 10.826/03. Mais benéfica ao apelado. Retroatividade da Lei. Aplicação do instituto da emendatio libelli. Art. 617 do CPP. Precedentes. A absorção do porte ilegal de acessório (carregador) e munições pela tentativa de homicídio pressupõe que as condutas tenham sido praticadas em um mesmo contexto fático, mantendo entre elas relação

de dependência ou subordinação. Não se pode concluir que o porte ilegal de acessório (carregador) e munições tinha como finalidade exclusiva o atentado contra a vida das vítimas. Na verdade, há elementos cognitivos nos autos que mitigam o nexo de dependência entre as condutas e colocam em dúvida a efetiva interligação entre elas por uma relação de meio e fim, a obstar, ao menos por ora, a absorção do crime conexo. Assim sendo, havendo indícios que suportem a autonomia e desvinculação entre os atos delitivos, deve a contenda ser submetida ao Tribunal do Júri, a quem compete solucionar as questões casuísticas dos crimes dolosos contra vida e daqueles que lhes forem conexos. Precedentes. Pronunciar o apelado pelo delito tipificado no art. 14 da Lei nº 10.826/03. Do prequestionamento. Formulado pelo MP. Prejudicado. PROVIMENTO DO RECURSOMINISTERIAL

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência